

Capital e América Latina na Encruzilhada Ecológica

DANIEL LEMOS JEZIORMY

RESUMO: Neste trabalho pretende-se mostrar que o capital também pode se transformar em crise ecológica. O principal objetivo é demonstrar a relevância do marxismo para alcançar-se a raiz dessa crise. Além disso, o trabalho traz algumas provocações sobre a encruzilhada em que se encontram as economias latino-americanas frente ao padrão de reprodução do capital neoextrativista que aprofundam, impulsionado pelos seus Estados.

PALAVRAS-CHAVE: Marx. Estado. Crise Ecológica. América Latina.



Capital and Latin America at the Ecological Crossroads

ABSTRACT: This paper aims to show that capital can also turn into an ecological crisis. The main objective is to demonstrate the relevance of Marxism in getting to the root of this crisis. In addition, the paper makes some provocations about the crossroads in which Latin American economies find themselves in the face of the pattern of reproduction of neo-extractivist capital that is being deepened, driven by their States.

KEYWORDS: Marx. State. Ecological Crisis. Latin America.

DANIEL LEMOS JEZIORMY

Professor adjunto no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenador do Grupo de Estudos em Economia Política e Ecologia Política da UFRGS (GEPOL/UFRGS).
E-mail: daniel.lemos@ufrgs.br

DATA DE ENVIO: 17/03/2025

DATA DE APROVAÇÃO: 30/04/2025

1 Introdução

Apenas para a humanidade o processo de trabalho pode ser um processo teleológico, ou seja, atividade pensada e orientada a um fim específico, capaz de proporcionar aos seres humanos consciência de suas ações, de si mesmos e do mundo que intencionalmente transformam. Processo que pode vir a ser mais ou menos emancipatório, na medida em que propiciar ou bloquear o desenvolvimento de qualidades essencialmente humanas, tais como a inteligência e a criatividade. Essa ideia aparece em cadernos de estudos de Marx publicados postumamente como *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Texto no qual também se encontra a teoria marxiana da alienação, que pode ser tanto do ser humano de si mesmo, isto é, de sua essência genérica, construída socialmente e capaz de tornar a humanidade plenamente consciente de suas ações, quanto do ser humano em relação à natureza da qual faz parte.

Posteriormente, na terceira seção do livro I d'*O Capital*, Marx (2013) define o processo de trabalho como aquele pelo qual o ser humano medeia, controla e regula a sua relação metabólica com a natureza. Aparece o conceito marxiano de *metabolismo social* como a relação metabólica humanidade/natureza. Relação concretizada através da força social de trabalho e pela qual se forjam versões de humanidade que podem ser tão menos “desenvolvidas” quanto mais estupidificantes – ou alienantes do gênero humano – forem as formas pelas quais a força social de trabalho se concretiza.

Embora seja possível interpretar que a teoria da alienação reapareça subjacentemente em *O Capital*, para alguns marxistas reside aí uma virada epistemológica. Em seus esforços por encontrar uma explicação lógica de porquê no capitalismo se gera tanto riqueza quanto pobreza e violência, Marx teria percebido que apreender as tendências de desenvolvimento do capital só seria possível a partir de uma análise da especificidade do processo de trabalho no modo de produção capitalista. Para Postone (2014), a virada epistemológica de Marx consiste justamente em tratar o processo de trabalho não mais como categoria transistórica, mas historicamente específica.

O próprio Lenin já afirmara que em *O Capital* Marx não deixa uma lógica universal, mas a lógica do capital. Quanto a isso não restam dúvidas, e a compreensão dessa lógica esclarece que o capital não é em si dinheiro ou coisas, mas uma relação social de exploração, bem como de apropriação privada da natureza e da riqueza socialmente produzida que pode se transmutar em coisas, dinheiro, propriedade da terra, *commodities* e ativos financeiros. Conquanto ela se converta também em violência, inclusive aquela típica da expropriação que marca o sistema-mundo moderno-colonial e que tivera sua forma política – interestatal – consagrada com a “Paz de Westfália”.

Nesse texto, a partir de um exercício de reflexão teórica e de um pontual e breve resgate histórico, pretende-se mostrar que o capital também pode se transformar em crise ecológica, ou seja, na concretização de uma versão de humanidade cujo grau de destruição das condições naturais de produção atingira tamanha proporção e intensidade que traz sérias preocupações quanto ao futuro da humanidade no *Sistema Terra*. As reflexões se fundamentam no ferramental teórico legado por Marx, nos constructos de ecomarxistas e ecossocialistas que atualmente lançam mão desse ferramental para analisar a contradição capital/natureza, mas também em estudos de alguns historiadores marxistas, pesquisadores vinculados à Ecologia Política latino-americana e autores que dedicam esforços para compreender a natureza e o papel dos Estados enquanto engrenagens decisivas do desenvolvimento capitalista.

O principal objetivo é demonstrar a relevância do marxismo para alcançar-se a raiz da crise ecológica que marca a atual quadra histórica, complementarmente o papel dos Estados enquanto engrenagens decisivas do desenvolvimento capitalista. A seção 2 trata da crise ecológica como aspectos desse desenrolar; a seção 3 do papel dos Estados como seus artífices decisivos; a seção 4 da encruzilhada na qual se encontram as economias latino-americanas frente ao padrão de reprodução do capital que aprofundam, com especial foco no atual contexto da economia brasileira.

2 Metabolismo social, fratura metabólica, alienação e ecossocialismo

Em *O Capital*, Marx (2013, p. 255) define o processo de trabalho como aquele pelo qual o ser humano pela sua própria ação “medeia, controla e regula a sua relação metabólica com a natureza”. Definição que explicita o conceito marxiano de metabolismo social como uma relação humanidade/natureza mediada pelo trabalho. Conforme colocado por Marx (2010) nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, uma atividade produtiva que é também de humanização da natureza. Afinal, diferentemente de outras espécies animais que o fazem apenas instintivamente, os seres humanos agem intencionalmente sobre o seu substrato material e condição inarredável de existência. Atividade pela qual a humanidade atribui ao seu “corpo inorgânico” uma feição propriamente sua, na medida em que transforma a natureza mediante uma ação previamente pensada e objetivada através do trabalho produtivo.

Não obstante, numa reflexão que aparece na *Contribuição à crítica da economia política*, Marx (2008) comenta que a produção em geral é uma abstração que possui determinações comuns em qualquer época histórica. Mas que para fins de uma análise verdadeiramente científica,

as determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se perca de vista a diferença essencial por causa da unidade da qual corre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são [sempre] os mesmos (Marx, 2008, p. 240).

As palavras acima indicam que Marx entendia a relação dos seres humanos com a natureza como uma totalidade orgânica. Talvez por isso ele tenha encontrado na noção de metabolismo de Liebig uma ideia que auxiliasse tanto em sua apreensão reflexiva quanto na exposição dos desdobramentos categoriais que viria a apresentar em sua obra maior, *O Capital*. Mas a passagem tampouco deixa de enaltecer que o relevante à análise científica dessa relação são as diferenças ou especificidades sócio-históricas que lhe são atribuídas no curso da história. Do contrário, a análise se reduziria a “singelas determinações que se diluem em

vulgares tautologias" (Marx, 2008, p. 241). Por conseguinte, para se extrair elementos essenciais a respeito da relação humanidade/natureza é imprescindível uma investigação aprofundada de "como" se organiza a produção, visto que a partir de suas distintas formas sócio-históricas emergem determinações que são inextricavelmente decisivas.¹

Com efeito, especialmente por não tratar de relações entre indivíduos com particulares recortes da biosfera, mas da relação humanidade/natureza estabelecida a partir de determinada forma sócio-histórica de se organizar a força social de trabalho, o conceito marxiano de metabolismo social é ferramenta teórica adequada para se apreender as determinações da interação metabólica entre os seres humanos e a natureza sob os ditames do capitalismo. Conforme Marx (2010), um modo de produção que aprofunda a alienação do ser humano em relação a sua essência, mas que também o faz em relação à natureza.

Em um de seus cadernos de estudos, publicado postumamente como *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx (2010) trata do *estranhamento* do trabalho. Na medida em que o processo de trabalho passa a ser mero consumo de energia para não mais do que garantir os meios necessários para satisfazer funções vitais básicas, como comer, beber e procriar, o trabalhador se assemelha a qualquer outro animal, que em sua vida apenas come, bebe e procria. Para o ser humano que desgasta sua *physis* e seu espírito em atividades mecanizadas e maçantes, que tampouco foram por ele pensadas, o trabalho deixa de ser um processo teleológico e uma atividade que lhe aproxime de sua essência, para se tornar apenas um meio de sua existência. Para Marx (2010), a atividade do trabalhador que é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de um salário não é sua "autoatividade", mas sim a "perda de si mesmo", na medida em que o trabalhador aliena a outra pessoa a sua energia capaz de transformar a natureza. Capacidade

1 "A economia política burguesa, de acordo com Marx, universaliza as relações de produção quando analisa a produção abstraindo suas determinações sociais específicas – relações sociais, modos de propriedade e de dominação, formas políticas ou jurídicas específicas" (Wood, 2011, p. 29).

consumida numa atividade cuja razão de ser não parte do trabalhador e, portanto, na qual este não reconhece si mesmo.

Em que consiste, então, a exteriorização (Entäusserung) do trabalho? Primeiro, que o trabalho é externo (äusserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina seu espírito. O trabalhador só sente, por conseguinte e em primeiro lugar junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho [...]. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (Marx, 2010, p. 83-84).

Porém, a alienação provocada pelo modo de produção capitalista vai ainda mais longe. Na sociedade determinada pela mercadoria também se aprofunda o estranhamento do ser humano em relação à natureza. Sob as relações sociais de produção capitalistas, a atividade do trabalhador exterioriza-se em algo que não lhe pertence. Ou seja, o trabalhador transforma a natureza através do trabalho, mas ao dedicar a maior parte do tempo de sua vida nesse processo, ele praticamente a encerra em objetos que não lhe pertencem. Ou melhor, em partes da natureza por ele transformada, mas que passam a defrontá-lo como coisas (mercadorias) que lhe são estranhas, até mesmo hostis, justamente por não servirem para satisfazer nenhuma carência imediatamente sua (Marx, 2010).

Cabe então questionar: qual é, de fato, a real razão de existência do produto do trabalho humano organizado sob a forma sócio-histórica do capitalismo? No fundo, o que rege o processo capitalista de produção é a acumulação de capital. Diferentemente do que apregoa a economia burguesa, o capitalismo não é um modo de produção primordialmente orientado à satisfação das necessidades humanas, mas sim à obtenção de lucro. A busca pelo lucro em condições de concorrência está na base de praticamente tudo o que é produzido no capitalismo, o que torna a acumulação de capital a mola mestra do aproveitamento da força social de

trabalho, portanto, também da relação humanidade/natureza. No capitalismo, o processo pelo qual se obtêm os meios de subsistência e de reprodução material da sociedade não é pura e simplesmente um processo produtivo, mas é também – e primordialmente – um processo de valorização de uma determinada quantidade de valor que é posta em circulação para retornar acrescida ao ponto de onde partiu. Trata-se, portanto, de um sistema regido por uma lógica expansiva; a própria definição marxiana de capital, enquanto valor que se valoriza (Marx, 2013), indica essa característica inextricável do capitalismo que é atribuída ao metabolismo social: a expansão.

Mas o sistema não é apenas expansivo, ele também é acelerante. Na medida em que a acumulação de capital é a sua mola mestra, e ao passo que capitais que giram mais rapidamente tendem a valorizar-se mais e/ou mais velozmente do que aqueles que não o fazem, a própria concorrência intercapitalista conduz uma corrida pela introdução de inovações que reduzam o tempo de rotação dos capitais. No que toca a reprodução material do sistema, este movimento se consubstancia em tecnologias capazes de produzir mercadorias em períodos produtivos cada vez mais curtos. No entanto, como geralmente estas mercadorias possuem menor valor unitário em vista dos ganhos de produtividade do trabalho, a manutenção de grandes massas de lucro requer volumes cada vez maiores de produção, comercialização e consumo. Dessa forma, as lógicas crescente e acelerante do sistema tendem a se retroalimentar. Quanto maior a escala, maior a necessidade de aceleração – e maiores as repercussões negativas sobre os ecossistemas, que perdem suas capacidades de oferecer serviços ecossistêmicos essenciais, a exemplo da ciclagem de nutrientes do solo e da regulação do clima da Terra (Jeziorny, 2020).

O fato de a Assembleia Geral das Nações Unidas ter declarado o período 2021-2030 como a *Década da ONU sobre Restauração de Ecossistemas* é um bom indicativo de quão preocupante se tornou a degradação ecossistêmica sob o metabolismo social regido pela acumulação capitalista. Em uma resolução de 2019, a ONU chama a atenção à urgente necessidade de melhorias substantivas em aspectos decisivos à evolução da humanidade na Terra, como a

segurança alimentar, o fornecimento de água e a preservação da biodiversidade – todos elementos assentes na manutenção e recuperação de ecossistemas terrestres e marinhos. De acordo com a própria ONU, a degradação desses sistemas naturais compromete o bem-estar de 3,2 bilhões de pessoas e custa, ao ano, cerca de 10% da renda global, expressa sobretudo na perda de espécies e serviços ecossistêmicos.

Se dentre outras repercuções negativas dessa lógica expansiva e acelerante atribuída ao metabolismo social pela dinâmica da acumulação está o comprometimento do bom funcionamento dos ecossistemas, vale observar que isso importa não apenas pelo avanço de desmatamentos e perda de biodiversidade, mas também pelas quantidades cada vez maiores de dejetos e de lixo produzidos. O caso específico do plástico é emblemático; como alertado por Costa (apud Jeziorny; Solanich, 2023), as 336 milhões de toneladas geradas em 2016 são cerca de mil vezes maiores do que em 1950.

Aliás, vale atentar que 1950 é tido como uma espécie de divisor de águas. Praticamente todas as variáveis que influenciam nas mudanças climáticas – e no aquecimento global – aceleraram-se grandemente a partir desse momento histórico.² No que toca ao metabolismo humanidade/natureza, o “Novo Mundo” que desponta com a Modernidade, mas que ganha corpo com a pujante industrialização dos “anos gloriosos” do capitalismo traz consigo implicações preocupantes. Conforme dados reunidos por Marques (2023), entre 1960 e 1969, o aumento de CO₂ atmosférico evolui a taxa média anual de 0,85 partes por milhão (ppm). Porém, entre 2015 e 2020, o aumento médio foi de 2,55 ppm ao ano. Já em 2013, as concentrações atmosféricas de CO₂ atingiram 395 ppm, uma taxa de aumento sem precedentes nos últimos 55 milhões de anos. Como se não bastasse, em abril de 2021 essas emissões atingiram 421,2 partes por milhão.

Pois, é justamente contra esse pano de fundo que a ideia de fratura metabólica ganha relevância. Trata-se de uma ideia que aparece mais literalmente em *O capital* quando Marx comenta que

2 Ver Steffen et al. (2015).

a crescente separação campo/cidade – própria do capitalismo – dificulta o retorno de matéria orgânica processada ao ambiente. Com isso, não apenas compromete-se a fertilidade dos solos agrícolas nos espaços rurais, como também se aprofunda a poluição dos espaços urbanos, especialmente a saúde de seus cursos d'água, que recebem doses cada vez maiores de efluentes. Coube a Foster (1999, 2014) resgatar o berço dessa ideia marxiana – o que trouxe inestimável contribuição ao pensamento ecológico marxista, ademais de contrapor as críticas de um suposto prometeísmo tecnológico e antiecológico no pensamento marxiano.

Não obstante, o argumento que se apresenta neste trabalho se aproxima mais da forma como essa ideia fora colocada por Altvater (1995). Seguindo Marx, este afirma que o problema da fratura metabólica reside no modo de regulação do metabolismo, ou seja, na acumulação de capital. Perspectiva de Jeziorny (2020), que define a fratura metabólica como uma disjunção crescente e radical entre as partes que conformam o metabolismo social: a natureza e o sistema produtivo que a transforma. Raciocínio calculado no fato de que o capitalismo é um sistema expansivo e acelerante, enquanto a natureza por ele transformada não é passível de ser expandida tampouco plenamente acelerada em sua temporalidade intrínseca, pelo menos não na escala e no ritmo requeridos muitas vezes pela acumulação de capital. O ato de explorar um espaço materialmente finito – como a Terra – a partir de um sistema cada vez mais expansivo e acelerante – como o capitalismo – choca-se com um limite biofísico. Daí que a crescente degradação ecossistêmica e a perda de biodiversidade, o cada vez mais preocupante acúmulo de gases de efeito estufa na atmosfera, o derretimento de geleiras e a acidificação dos oceanos são manifestações fenomênicas da fratura metabólica em curso. Isto é, expressões concretas da disjunção entre natureza e o sistema que as transforma em função da lógica da acumulação capitalista. Conforme Marx (2013), uma tendência de autonomização do valor em expansão – o capital – que ganha “vida própria” e assume as rédeas da relação metabólica humanidade/natureza.

É nesse sentido – de autonomização do capital enquanto sujeito de sua própria ordem sociometabólica – que Postone (2014, p. 150)

define “a concretização sócio-histórica completamente elaborada da alienação como dominação autogerada”. Para este autor, no capitalismo, a dominação de classe é uma “função de uma forma superior ‘abstrata’ de dominação”. A dominação da estrutura do modo de produção sobre as pessoas. “Uma forma incontrolável de controle sociometabólico” – segundo Mészáros (2011, p. 96). O que torna o binômio desenvolvimento sustentável um oxímoro no capitalismo.³

É com base na crítica a esse tipo de contradição candente na atual quadra histórica que as correntes ecomarxista e ecossocialista ganham corpo, principalmente a partir do resgate da ideia marxiana de fratura metabólica feita por Foster (1999, 2004), das ideias apontadas por James O’Connor (1988), no seminal *“Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction”*, bem como nos trabalhos de Paul Burkett (1995) e Michel Löwy (2011). De maneira geral, tal corrente de pensamento ergue-se sobre a tese de uma “segunda contradição fundamental do capitalismo”. Isto é, ademais da contradição capital/trabalho, o desenvolvimento capitalista instala ainda uma outra: entre as forças produtivas organizadas sob os ditames da acumulação e as condições gerais de produção.

Segundo O’Connor (1988), Marx definiu três formas pelas quais estas condições se expressam: (i) “condições físicas externas”, elementos naturais transformados pelo processo produtivo; (ii) “condições pessoais de produção”, a força de trabalho; (iii) “condições comunais” da reprodução social, tal qual o espaço construído, isto é, a natureza remodelada pela ação humana, a exemplo da infraestrutura que contribui à circulação capitalista. Nessa linha e seguindo uma ideia que aparece em *A ideologia alemã*, O’Connor reafirma que sob o capitalismo as forças não são apenas produtivas, mas também destrutivas, na medida em que degradam seriamente as condições naturais de produção, especialmente a força de trabalho e algumas “condições físicas externas” essenciais à

3 Por destruir as fontes de energia vital das quais depende (a natureza e a força de trabalho), o capitalismo é autófágico (Jeziorny 2018, 2020); canibal como afirma Fraser (2024).

manutenção da vida humana na Terra, tais como os solos agriculáveis, os aquíferos e as florestas indispensáveis à regulação do ciclo hidrológico da Terra.⁴

Segundo Saito (2021, p. 63), “Marx descreve o movimento em direção à transcendência da autoalienação e da perda do objeto sob o sistema de propriedade privada como um processo de verdadeira reconciliação entre humanidade e natureza”. Com efeito, quando Marx escreve o que se tornariam *Manuscritos econômicos-filosóficos*, o seu “projeto comunista⁵ visa consistentemente a uma reabilitação consciente da unidade entre os seres humanos e natureza” (Saito, 2021, p. 61).

Para Löwy (2011), o processo histórico de passagem do “progresso destrutivo” do sistema capitalista ao “socialismo” é uma transformação revolucionária permanente da sociedade, da cultura e das mentalidades. Para ele, a política é o coração desse movimento e uma evolução dessa natureza não pode emergir sem uma mudança radical nas estruturas sociopolíticas.

3 A forma política do Capitaloceno

Talvez quando mais se necessite de uma compreensão crítica do capitalismo, “grandes setores da esquerda intelectual, em vez de desenvolver, enriquecer e refinar os instrumentos conceituais necessários, dão amplos sinais de que pretendem abandoná-los” (Wood, 2011, p. 13). Com isso em vista e contrariamente ao modismo que tem acometido muitos intelectuais de esquerda, que em vez de contestar o sistema capitalista buscam em seus interstícios espaços para discursos fragmentários, Wood afirma que

4 Ademais de captarem carbono da atmosfera, vale lembrar que as árvores absorvem água pelas raízes e transpiram vapor d’água pelas folhas (evapotranspiração). Com isso criam um ambiente propício para si mesmas, mas também para outras formas de vida, inclusive a humana.

5 Numa nota de rodapé de *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007) definem o comunismo não como um estado *ideal* a ser implantado e para o qual a humanidade convergirá, mas como o movimento *real* de transformação da realidade concreta.

em oposição a essa tendência dominante, proponho partir da premissa de que a crítica do capitalismo é urgentemente necessária, que o materialismo histórico ainda oferece a melhor base sobre a qual é possível construí-la e que o elemento crítico do marxismo está acima de tudo em sua insistência na especificidade histórica do capitalismo – com ênfase tanto na especificidade de lógica sistêmica quanto na sua historicidade. Em outras palavras, o materialismo histórico aborda o capitalismo de uma forma exatamente antitética às modas atuais: a unidade sistêmica do capitalismo em vez de meros fragmentos pós-modernos, mas também a historicidade – e daí não a inevitabilidade capitalista e o fim da história (Wood, 2011, p. 14).

Para a autora das palavras acima o capitalismo é uma forma social e a vantagem do marxismo em relação a outros sistemas teóricos é que ele submete a exame crítico não apenas o sistema capitalista em si, mas também as categorias analíticas a ele associadas.⁶ Para Wood, o que muitos chamam “marxismo político” traz uma relevante alternativa teórica, pois reinterpreta a noção base-superestrutura sem menosprezar as tendências de movimento e a força sistêmica da acumulação, mas de forma tal que põe em relevo um “segredo” revelado por Marx (2013) no Livro I d’*O Capital*: a produção capitalista parte do processo histórico de separar a classe trabalhadora dos meios de produção. Certamente um processo de luta de classes, mas também “de intervenção coercitiva do Estado em favor da classe expropriadora” (Wood, 2011, p. 28).

Nessa linha, ou seja, de que o capitalismo é uma forma social cujo desenvolvimento se apoia numa ação política marcada pela violência, Hirsch (2010) argumenta que as duas formas sociais que fundamentam e objetivam a liga social nesse modo de produção são a “forma valor”, expressa no dinheiro, e a “forma política”,

6 Segundo Marx, Wood (2001, p. 29) afirma que a economia política burguesa “universaliza as relações de produção quando analisa a produção abstraindo suas determinações sociais específicas – relações sociais, modos de propriedade e de dominação, formas políticas ou jurídicas específicas”.

manifesta no Estado. No capitalismo, o Estado é capitalista não porque teria derivado das relações econômicas ou porque simplesmente funcione como o “comitê da burguesia”, mas sim por razões estruturais. Sentido no qual a estrutura sistêmica capitalista calca-se em dois pilares que se reforçam mutuamente: a forma econômica do valor e a forma política do Estado. Para Hirsch (2010, p. 61), a ideia de que a economia capitalista tenha engendrado o Estado – como sua “superestrutura” – é enganosa, assim como pensar-se o contrário também é um engano, pois uma relação causal tão unívoca não existe, haja vista que o Estado moderno surgiu concomitantemente à economia capitalista.

De fato, um exame da história mostra que a Idade Média era marcada por uma territorialidade fragmentária com domínios jurisdicionais sobrepostos, na qual a instituição da servidão aliava no nível molecular da aldeia a exploração econômica e a coerção política. No entanto, muito em função do revivescimento do comércio de longa distância, a generalização da comutação da renda-trabalho e da renda-produto em renda-dinheiro enfraquece a unidade da coerção político-econômica no nível da aldeia, o que coloca sob ameaça o poder da aristocracia. Resultou justamente dessa ameaça o deslocamento ascendente da coerção político-legal, que passou para o Estado absolutista, uma cúpula centralizada e militarizada. Em síntese, o produto desse reordenamento do poder foi a máquina política e jurídica do absolutismo, que aumentara a eficácia do domínio sobre os camponeses e suas lutas. Assim, calcada no resgate do Direito Romano, emerge uma nova ordem territorial estatal, centralizada e não mais baseada na propriedade condicional, mas na propriedade privada da terra (Anderson, 2016).

Este moderno sistema de governo consistiu na institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes. Os direitos de propriedade privada e os direitos do governo público tornam-se absolutos e distintos; as jurisdições políticas tornam-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 17).

Semente dos Estados modernos, o sistema interestatal absolutista é uma invenção europeia que redesenhou a geografia política do mundo mediante um movimento duplo e articulado. No *front* interno, os Estados exercem o controle sobre as massas campone-sas, posteriormente as coagindo ao trabalho assalariado. No *front* externo, compete aos Estados organizarem a conquista colonial. Consequentemente, o “Novo Mundo” – que marca a Modernidade – nasce não como um conjunto de Estados soberanos, mas *como um sistema-mundo moderno-colonial* no qual a soberania efetiva é negada às economias em condição de colônias (Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006).

Um sistema interestatal que articulou a exploração nas economias centrais com a expropriação nas colônias, envolvendo a brutalidade da escravidão, o genocídio de povos originários e o esbulho de seus territórios. É central anotar que esse processo traça o contorno de funcionamento da economia mundial não apenas sob a batuta da reprodução ampliada do capital, mas de forma a criar-se uma hierarquia bastante definida entre economias que se articulam numa teia de relações espaciais cada vez mais ampla, complexa e hierárquica – um sistema centro-periferia organizado através dos Estados.

Através dos Estados, mas também da criação dos nacionalismos (Hobsbawm, 2020) é que conflui historicamente o fluxo do capital no espaço, reordenando-o em função da acumulação capitalista. Conforme colocado por Parenti (2022), cabe aos Estados organizarem e disponibilizarem ao capital recortes da biosfera. Nesse sistema, a concorrência interestatal é parte decisiva do sistema de acumulação. Para Fiori (2024), ela é a mola propulsora de um sistema que nasceu na Europa Ocidental e que se assemelha a um universo em expansão; talvez uma espécie de universalismo – como apontado por Amim (2021).⁷ É justamente a partir da concorrência interestatal, afirma Hirsch (2010), que ao mesmo tempo em que se libera o capital para fruir globalmente,

7 Para Amin (2021), o eurocentrismo é um universalismo na medida em que propõe a todos a imitação do modelo ocidental como solução única aos problemas de nosso tempo.

restringe-se em recortes espaciais jurisdicionados pelos Estados a luta de classes. Em outras palavras, dificulta-se que a famosa divisa – “proletários de todos os países, uni-vos!” – se converta numa realidade a contrapor a exploração que suga tempo de vida da classe trabalhadora (na forma de trabalho excedente e estranhado). Além disso,

a fragmentação política do mercado mundial em Estados particulares possibilita a criação de diferentes condições de produção e acesso ao mercado para mercadorias, capital e força de trabalho. Isso permite que o capital móvel, atravessando as fronteiras, possa operar no interior de espaços econômicos delimitados politicamente, e paralelamente colocá-los em disputa. Dito de forma simples: beneficiar-se da concorrência entre os locais de investimento” (Hirsch, 2010, p. 74).

De acordo com Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), a compreensão desse sistema interestatal que chamam “espaço-mundo” é essencial para se entender por que o pensamento europeu privilegia o tempo em detrimento do espaço. Foi justamente dessa forma que a Europa e os europeus puderam aventar-se avançados em contraste com outras regiões e povos do planeta, que passaram a carregar o rótulo de atrasados, em muitos casos, de selvagens. Mas foi também a partir dessa ideia que os europeus ocidentais reduziram as diferentes temporalidades do mundo ao seu próprio tempo. Tempo do “Novo Mundo”. Tempo da acumulação capitalista.

Portanto, tempo não exatamente do Antropoceno (como muitos acreditam), mas sim do Capitaloceno (Moore, 2015), visto que a humanidade só se converte numa força capaz de alterar significativamente as coordenadas do *Sistema Terra* quando passa a concretizar a sua força social de trabalho hegemonicamente em função da acumulação. Em outras palavras: a humanidade só se torna uma potência geológica em escala planetária quando sua capacidade de modificar seu “corpo inorgânico” é subsumida ao capital, uma relação social de exploração e de apropriação privada da riqueza socialmente produzida que busca reordenar esse corpo – a natureza – em função de sua lógica (expansiva e acelerante),

mas que é – em si – contraditória à lógica intrínseca desse mesmo corpo (não expansivo e dificilmente acelerante). Nesse sistema – de acordo com Marx (2010, 2013) –, forja-se uma versão de humana-
dade cada vez mais alienada da natureza e de si mesma, gover-
nada pela estrutura autonomizada do valor em processo de valoriza-
ção, ou seja, pelo capital, que assume o controle de sua própria
ordem sociometabólica, enquanto os seres humanos se encon-
tram “enfeitiçados” pelo fruto de suas próprias mãos, mediante o
fetiche da mercadoria.

Um metabolismo humanidade/natureza reificado e politica-
mente organizado através de um sistema interestatal que reorde-
na o espaço senão através de um sistema centro-periferia, que
mediante a ação decisiva dos Estados fomenta a acumulação
sobejamente em função das necessidades dos capitais das econo-
mias centrais⁸. Em contrapartida, nas economias periféricas – ou
consideradas atrasadas –, o aprofundamento da mercantilização
da natureza, tomada não como “trama da vida” (Moore, 2015),
mas como mera fonte de “recursos naturais”, impulsiona proces-
sos muitas vezes estuprificantes⁹ de acumulação capitalista.
Processos marcados pela exploração do trabalho (estranhado e
alienante), mas também eivados pela violência da expropriação
que grassa no compasso da conformação de zonas de sacrifício¹⁰
e na deflagração cada vez mais constante de conflitos socioam-
bientais e militares, mas igualmente no aprofundamento de uma
gigantesca dívida ecológica¹¹ associada ao esbulho de territórios

8 Léna e Nascimento (2012) apontam que países industrializados que alcançaram IDH acima de 0,85, o fizeram à custa de pegadas ecológicas (quantidade de espaço biologicamente produtivo utilizado por cada país para produzir o que consome e absorver o seu lixo) que extrapolam em muito o “limite autorizado” (para não ultrapassar a biocapacidade do planeta). Universalizar o padrão de consumo dos EUA (a maior pegada ecológica do mundo) requereria cinco planetas Terra, conforme Boron (2013) e Global Footprint Network (2025).

9 Ao tratar disso, Marx (2013, p. 436) se vale de afirmações de Adam Smith quando este coloca que um ser humano que ocupa sua vida executando poucas operações simples não têm oportunidade de exercitar sua inteligência: “Ele se torna, em geral, tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana”.

10 Áreas geográficas que padecem com degradações ambientais e desinvestimento econômico, geralmente comunidades de baixa renda e minorias que vivem perto de indústrias poluentes ou bases militares.

11 Dívida acumulada pelos países do Norte Global com os países do Sul Global,

e riquezas de povos tradicionais. É nessa encruzilhada que se encontram muitas das economias outrora relegadas à condição colonial, mas atualmente relegadas a uma condição dependente, em cuja boa parte do valor produzido internamente lhes escapa e flui num circuito orientado pelas necessidades de capitais e economias que conformam o centro sistêmico, tal como ocorre no que hoje chamamos América Latina – em vez de Abya Ayala.¹²

4 O desenvolvimentismo latino-americano na encruzilhada ecológica

Ao tratar do que classificou como colonialidade da natureza, Hector Alimonda assinala que

el proyecto de colonialidad en América Latina fue la contraparte necesaria del proyecto de modernidad en Europa (y más tarde en los Estados Unidos), como han señalado los académicos de la región durante décadas (por ejemplo, Furtado, 1969; Cardoso y Faletto, 1970; Lander, 2000) (Alimonda, 2025, p. 500).

Na América Latina se encontram importantes reservas mundiais de lítio (65%), prata (42%), cobre (38%), estanho (33%), ferro (21%), bauxita (18%), níquel (14%) e petróleo (20%).¹³ Por isso ela continua peça-chave na geopolítica do capitalismo, por seu turno, fortemente marcada pelo imperialismo. Para Petras (2009), um fenômeno político e econômico na medida em que as empresas multinacionais que operam em muitos países o fazem com apoio político, subvenções e respaldo militar por parte dos Estados com elas implicados. De acordo com Petras, a força econômico-política decisiva na conformação de um império varia de acordo com a natureza da classe dominante do Estado Imperial.

referente ao montante histórico de injustiças ambientais, especialmente via expropriação de “recursos naturais”, degradação de ecossistemas e poluição por descarte de resíduos.

12 “Abya Yala, na língua do povo Kuna (originário da Serra Nevada, no norte da Colômbia), significa Terra madura, Terra Viva ou Terra em florescimento e é sinônimo de América” (Porto-Gonçalves, 2009, p. 26).

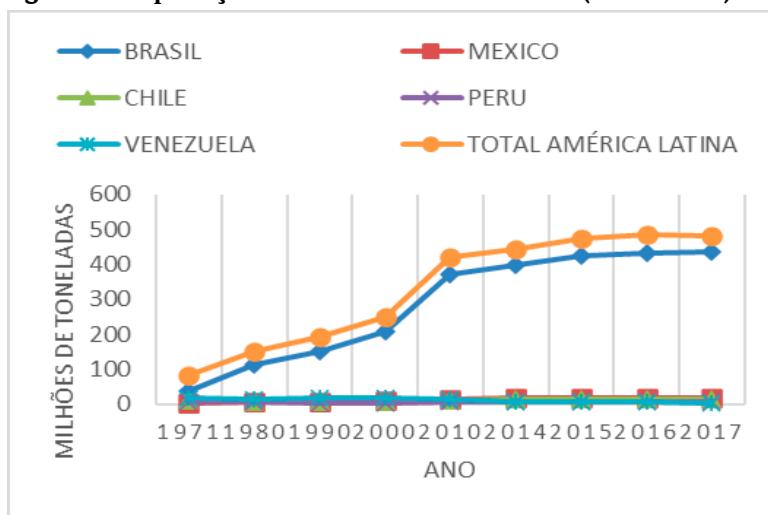
13 De acordo com Herrera (2017). Sobre a dependência dos EUA dessas reservas, consultar especialmente Bruckmann (2015), mas também Boron (2013).

Nos EUA, esta classe está constituída por uma elite de ideologia militarista-sionista, que prioriza a guerra e a força militar como meios de estender seu domínio sob regimes vassalos (Petras, 2009). Com efeito, atualmente o maior consumidor mundial de petróleo e o maior emissor mundial de gases de efeito estufa são as Forças Armadas estadunidenses – conforme resgatado por Angus (2023). Por outro lado, nenhum Estado emite mais gases de efeito estufa do que a China, maior economia mundial pela paridade do poder de compra e que diferentemente do cruelo império estadunidense se expande por meio de investimentos, empréstimos, comércio, ajuda técnica e cotas de mercado concedidas à longo prazo – afirma Petras (2009).

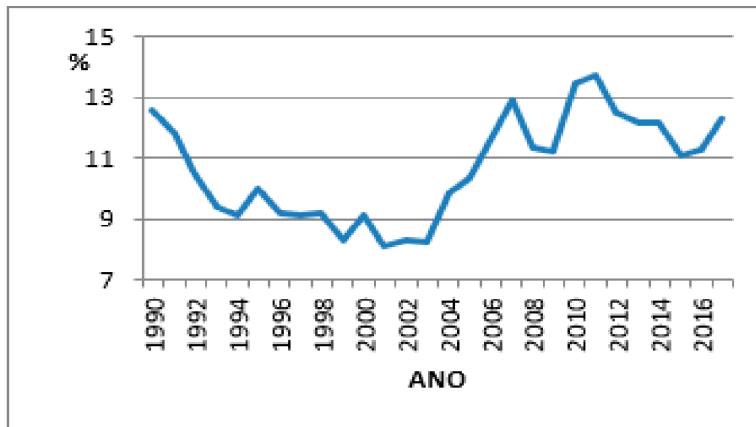
O gigante asiático leva a cabo um projeto de investimento estimando em US\$ 900 bilhões, que pretende integrar os continentes asiático, europeu e africano e um gigantesco corredor comercial que perpassa 60 países. No bojo desse projeto – a *Nova Rota da Seda* – se inscreve à construção de infraestrutura com vistas à integração financeira e comercial. Ponto em que a natureza latino-americana entra em cena.¹⁴ As Figuras 1 e 2 (abaixo) ilustram o quanto crescem a exploração e a exportação de minerais latino-americanos na primeira década dos anos 2000, período em que o PIB chinês sextuplicou, passando de 1,2 bilhões de dólares para 6,1 bilhões de dólares¹⁵ (Sipriano, 2018).

¹⁴ América Latina foi o principal destino de investimento no mundo na exploração mineira entre 2003 e 2010 (Jeziorny; Solanich, 2023).

¹⁵ Talvez em muito impulsionado pelos investimentos necessários para construção da Nova Rota da Seda, mas certamente pelos gastos do Estado chinês, que há décadas experimenta déficits fiscais ao não se dobrar ao dogma – liberalista – de que o Estado não deve gastar mais do que arrecada. Ver: Roberts, 2025.

Figura 1 – Exploração mineral na América Latina (1990/2017)

Fonte: Jeziorny e Solanich (2023).

Figura 2 – Participação dos minerais na pauta de exportação das economias latino-americanas (1990/2017)¹⁶

Fonte: Jeziorny e Solanich (2023).

16 Para Svampa (2019, p. 65-66), “de todas as atividades extractivas na América Latina, a mais questionada é, sem dúvida, a mineração em grande escala, hoje em dia, não há país latino-americano com projetos de mineração que não tenha conflitos”.

As figuras acima ajudam a ilustrar que a aceleração na produção e exportação de *commodities* minerais aprofunda a tradicional forma de inserção das economias latino-americanas na “economia-mundo” especialmente enquanto fornecedoras de matérias primas. Movimento que pode ser analisado tanto sob o prisma de seu conteúdo e lógica sistêmica, quanto de sua forma de manifestação concreta: o *padrão de reprodução do capital neoextrativista* que se materializa nas economias latino-americanas. Para Osório (2012, p. 40), “a noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados”. Na linha de Gudynas (2015), Acosta (2016) e Svampa (2019), pode-se entender o *neoextrativismo* como a forma ou o padrão concreto de desenvolvimento – de reprodução do capital – que passou a governar na América Latina a partir do início do século XXI. Momento em que o recrudescimento da exportação de *commodities* agrárias e minerais reafirmara o papel histórico das formações socioeconômicas latino-americanas na divisão internacional do trabalho, sobejamente enquanto fornecedoras de produtos primários e/ou matérias primas, cujas receitas de exportação assumiram centralidade em financiar políticas compensatórias e fechar balanços de pagamentos. Contexto no qual a participação das *commodities* na pauta exportadora brasileira praticamente dobrou – como ilustra a Figura 3.

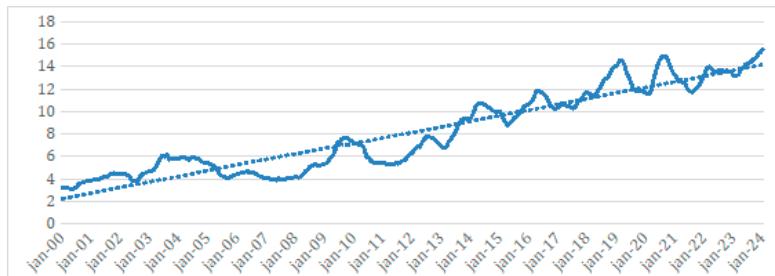
Figura 3 – Participação da cesta de commodities nas exportações brasileiras



Fonte: SISCOMEX – Exportações Free on Board (FOB). Elaboração do autor.

Nessa pauta, a soja ganha cada vez mais relevância desde o início dos anos 2000, como se pode observar pela Figura 4.

Figura 4 – Participação da Soja (em %) nas Exportações Totais do Brasil: Média Móvel de 12 meses (jan/2000 a jan/2024)



Fonte: SISCOMEX – Exportações Free on Board (FOB). Elaboração do autor.

A apreensão desse fenômeno requer enquadrá-lo como parte de um movimento abrangente, que responde aos imperativos de quem atualmente dá as cartas na mesa da acumulação em escala mundial: o capital financeiro, mas muito especialmente o capital portador de juros. Conforme Marx (2017), a forma específica pela qual o possuidor de dinheiro o lança na circulação, convertendo-o em mercadoria já como capital, ou seja, como uma soma de valor cujo valor de uso é gerar mais-valor e que, a rigor, só existe no processo de circulação. O capital portador de juros é a forma mais mistificada de capital, na qual o fetichismo assume sua máxima expressão na ideia de que o dinheiro é capaz de gerar dinheiro a partir de si próprio. Embora tenha usado o dinheiro como forma emblemática do capital portador de juros para explicar a lógica do capital que é lançado na circulação como uma mercadoria *sui generis*, Marx admitiu a possibilidade de outras “formas especiais” de capital portador de juros, a exemplo de “títulos, letras de câmbio, ações etc.”

Para Chesnais (2005), é nesses termos que o mundo contemporâneo apresenta uma configuração específica do capitalismo, na qual o capital portador de juros fora alçado ao centro das relações econômicas e sociais pela decisão tomada pelos Estados mais

poderosos em liberalizar os sistemas financeiros. Primordialmente buscando não sair da esfera financeira, o capital portador de juros é

um tipo de capital que busca “fazer dinheiro” sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos da especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados internacionalmente (Chesnais, 2005, p. 35).

Nessa fase do capitalismo sob dominância do capital portador de juros, a instituição central das finanças é o mercado secundário de títulos. Instituição que proporciona – com a garantia e a ação direta dos Estados capitalistas – uma via para que a propriedade patrimonial crie direitos de receber renda, por exemplo, por meio de aplicações em Bolsa ou pelo arrendamento de recortes da biosfera (solo urbano e rural). É nesse sentido que Chesnais (2005, p. 37) afirma que o capitalismo se encontra sob um regime de “acumulação patrimonial”, onde a propriedade mobiliária e imobiliária que fora acumulada, ou seja, o patrimônio, é direcionado ao rendimento em vez de ao consumo ou à geração de riqueza que aumente a capacidade produtiva¹⁷ (Chesnais, 2005).

Enquanto *commodity*, a soja é um produto primário transacionado nas bolsas de mercadorias com preço referenciado na Bolsa de Chicago, sendo amplamente negociada no Mercado de Futuros. Portanto, ela é um *ativo subjacente*, que tanto pode ser negociado como simples mercadoria como na forma de contratos de compra e venda de sacas sequer colhidas, mas já freneticamente negociadas em mercados secundários.

Conforme Rech e Jeziorny (2024), é impulsionado por um “Estado de natureza dependente” que no espaço agrário brasileiro o neoextrativismo assume um forte cariz financeiro; impulsionado

17 Ainda que na atual fase do capitalismo a extração de renda represente cada vez mais peso na balança da acumulação, o consumo de matéria não para de crescer. Um relatório da ONU (2024) mostra que se a população mundial duplicou desde os anos 1970, a extração de matéria-prima triplicou. Em 1970 a extração de matéria da Terra foi da ordem de 30,9 bilhões de toneladas, mas em 2020 ela atingiu a marca de 95,1 bilhões de toneladas.

por subvenções ao agronegócio que atingiram a cifra de R\$ 56,3 bilhões em 2022. Expressão de um *Estado Dependente* (Osório, 2020), que impele um padrão de reprodução do capital no qual destaca-se a pecuária extensiva, que em 2021 respondeu por cerca de 78% das emissões de CO₂ em âmbito dos sistemas alimentares e que cresce muitas vezes via queimadas, desmatamentos e grilagem de terras em biomas importantes como a Amazônia e o Cerrado. Mas especialmente o monocultivo da soja, tanto que atualmente o Brasil se consolida como maior exportador mundial dessa oleaginosa, ao responder por cerca de 40% das exportações mundiais (cerca de 156 milhões de toneladas).¹⁸

Visto que, em média, para se produzir um quilo de soja são necessários 1.800 litros de água,¹⁹ não é de se estranhar a exacerbção dos conflitos socioambientais em torno desse bem comum no Brasil. Ao tratar desse tema, com foco em um pujante espaço do agronegócio brasileiro, Jeziorny, Rech, Kuhn e Santos (2024) evidenciam que – de maneira geral – os conflitos²⁰ cresceram 105% entre os anos de 2019 e 2020 no estado do Mato Grosso. Além disso, de que o padrão de reprodução do capital que faz emergir tais contendas reflete bem o caráter dependente do Estado brasileiro,

ao reafirmar a função que este desempenha ao longo do processo de desenvolvimento capitalista, enquanto engrenagem central na acomodação do espaço sob sua jurisdição aos imperativos da acumulação em escala global, mas, principalmente, às necessidades de valorização das grandes transnacionais do ramo de *commodities* agrícolas, cujo pacote tecnológico, com base no qual são produzidas, requer níveis crescentes de água e de aplicação de agrotóxicos (Jeziorny; Rech; Kuhn; Santos, 2024, p. 22).

18 Dos cinco maiores exportadores mundiais de soja, três são sul-americanos. Pela ordem de importância: Brasil, Argentina e Paraguai (os outros dois são EUA e Índia).

19 Fonte: Water Footprint Network.

20 Disputa por água, mas também: disputa por terra, ameaças de morte, desmatamento, disputa por extração ilegal de minérios, trabalho análogo ao escravo e uso abusivo de agrotóxicos.

Ao apresentarem uma cartografia das fazendas sob administração de fundos de investimento do agronegócio no estado do Mato Grosso, os autores supracitados evidenciam a proximidade de fazendas dedicadas ao monocultivo de soja com a incidência de conflitos por água em importantes bacias hidrográficas. Enquanto estopins desses conflitos, encontram-se vultosos empreendimentos agropecuários que desviam cursos fluviais para suas propriedades, em franco desfavor de populações que têm nesses bens comuns sua principal fonte de vida. A cartografia aponta áreas de conflitos com Terras Indígenas, especialmente com fazendas que se encontram muito próximas do Parque Indígena do Xingu.

Nesse sentido, vale observar que de acordo com o IPCC (2023), o aumento de eventos climáticos extremos expôs globalmente milhões de pessoas à insegurança alimentar e a insegurança hídrica, com impactos adversos desproporcionalmente mais severos para pequenos produtores de alimentos, famílias de baixa renda e especialmente povos indígenas – cujas terras abrigam 80% da biodiversidade remanescente no planeta.

No entanto, ainda hoje, muitos consideram como um ato civilizatório o desenvolvimento do sistema que expropria territórios de povos tradicionais calcado na destruição da natureza e no racismo que lhe acompanha (e ao qual se acrescenta agora a injustiça ambiental). Cenário inquietante, particularmente na América Latina, onde nações de megadiversidade biológica, como Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela, cujos ecossistemas abrigam entre 60% e 70% de todas as formas de vida terrena (Herrera, 2017), convivem com zonas de sacrifício que não são senão chagas abertas pelo neoextrativismo, a forma cada vez mais hegemônica e aprofundada pela qual o desenvolvimento capitalista se concretiza na região. Aqueles que clamam por alternativas ao que consome autofágicamente sua “trama da vida” não são mais do que profanadores da Ordem, ofuscados por parvas ideologias que afastam do caminho da razão e da ciência oficial – conforme afirma Aráoz (2020).

5 Considerações finais

Enquanto valor que se valoriza o capital é uma relação social de sucção de energia vital. Produto histórico auto subjetivado da ação recíproca dos seres humanos em sua relação com a natureza. Pela sua lógica concorrencial, expansiva e acelerante, a acumulação de capital se autonomiza e fratura o metabolismo humanidade/natureza, provocando uma disjunção entre as partes que conformam esse todo, visto que a natureza não pode ser expandida tampouco plenamente acelerada em sua temporalidade intrínseca. Essa é a raiz da crise ecológica. A vantagem do marxismo em apreendê-la reside na análise crítica das especificidades atribuídas pelo capital ao todo humanidade/natureza, especialmente frente perspectivas que partem não da totalidade, mas do individualismo metodológico e da falsa ideia de que a natureza é mera fonte recursos naturais, em vez de um sistema integrado de vida – uma trama da vida na qual a humanidade se insere e da qual o bom funcionamento ela depende para se desenvolver.

Outra vantagem do marxismo é sua perspectiva não fetichizada do Estado. Enquanto forma política do capital, os Estados são engrenagens decisivas em estruturar globalmente a acumulação capitalista, visto que organizam e disponibilizam recortes da biosfera ao capital. Uma relação social cuja expansão contínua requer a expropriação dos bens comuns de grupos sociais que oprime no compasso da alienação o ser humano de si mesmo e da natureza.

O sistema interestatal de acumulação capitalista se organiza a partir de uma lógica na qual o valor flui principalmente em função das necessidades das economias centrais e de cada vez menos pessoas. Nas economias latino-americanas, os Estados repaginam sua condição colonial enquanto Estados Dependentes para acomodar o espaço sob suas jurisdições aos imperativos de quem atualmente dá as cartas na mesa da acumulação. Em resposta ao poder das finanças, os Estados Dependentes requestam o racismo e a expropriação acompanhada de conflitos socioambientais – dado o padrão de reprodução do capital que aprofundam na América Latina.

No entanto, abrem-se no continente latino-americano horizontes emancipatórios, nos quais territórios de comunidades

tradicionais oferecem pistas para se encontrar o caminho de saída do labirinto de alienação em que a humanidade se encontra enfeitiçada pelo fruto de suas próprias mãos. Em tais territórios, o metabolismo social não tem como mola mestra a acumulação. Tampouco esses territórios são erigidos a partir da ideia de que a natureza é uma espécie de almoxarifado do mundo. Enquanto construções de humanidade/natureza não reificadas e não alienadas, estes produzem elementos subjetivos que podem concorrer à uma práxis que conscientize os seres humanos de seu real lugar no todo. A arena política é decisiva nessa questão, visto que ainda pode puxar o freio de emergência na trajetória da estrutura sistêmica autonomizada pelo valor em seu processo de subjetivação. Para tanto, parece imprescindível rever o atual estatuto da política, ofuscada por cruentes nacionalismos e fantasiosas ideias de soberania e supremacia racial. O problema da crise ecológica é um problema global que requer uma solução global por parte da comunidade internacional: da humanidade, como todo e incomparável força de transformação da natureza e de si mesma que é.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces de uma mesma maldição. In: Gilger et al. (eds.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Elefante, 2016
- ALIMONDA, Héctor. **Descolonizar la naturaleza**: por una ecología política latinoamericana. Textos reunidos de Héctor Alimonda, 1982-2017. Compilación de Facundo Martín, Gabriela Merlinsky y Felipe Milanez. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025.
- ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora Unesp. 1995.
- AMIN, Samir. **O eurocentrismo**: crítica de uma ideologia. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- ANGUS, Ian. **Enfrentando o antropoceno**. São Paulo: Boitempo, 2023.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

ARAÓZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre:** o extrativismo na América Latina como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

BORON, Atilio. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo.** Buenos Aires: Editorial Hiru Hondarribia, 2013.

BURKETT, P. Capitalization versus socialization of nature. **Capitalism Nature Socialism**, v. 6, n. 4, p. 92-100, dez. 1995. Disponível em: <Capitalism Nature Socialism: Vol 6, No 4>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRUCKMANN, Mônica. **Recursos naturales y la geopolítica de la integración sudamericana.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2015

CHESNAIS, François. **A finança mundializada:** raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

FIORI, José Luís. **Uma teoria do poder global.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

FOSTER, John Bellamy. Marx's Theory of Metabolic Rift: Classical Foundations for Environmental Sociology. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 2, p. 366-405, set. 1999. Disponível em: <Marxs-Theory-of-Metabolic-Rift.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx:** materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal:** Como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado com o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia literária, 2024.

GLOBAL FOOTPRINT NETWORK. **Global Footprint Network.** [S. l.], 2025. Disponível em: <<https://www.footprintnetwork.org>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

GUDYNAS, Eduardo. **Derechos de la naturaleza:** Ética biocéntrica y políticas. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova desordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HERRERA, G. Nuestra América: los tiempos del tempo. In: ALIMONDA, Héctor et al. **Ecología política latinoamericana:** pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

HIRSCH, Joachin. **Teoria materialista do Estado:** Processo de transformação do sistema capitalista de Estados. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

IPCC, 2023: **Climate Change 2023: Synthesis Report**. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team: H. Lee; J. Romero (eds.). Geneva, Switzerland: IPCC, 2023.

JEZIORMY, Daniel Lemos. Metabolismo social e pandemias: alternativas ao vírus do crescimento autofágico. In: FRESSATO, Soleni Biscouto; NÓVOA, Jorge (eds.). **Soou o alarme: a crise do capitalismo para além da pandemia**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

JEZIORMY, Daniel Lemos. A relevância sociopolítica do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista O Olho da História**, n. 26, mar. 2018. Disponível em: <danieljeziorny.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

JEZIORMY, Daniel Lemos.; RECH, Lucas Trentin.; KUHN, Daniela Dias.; SANTOS, Hugo Henrique Kegler dos. Caminhos do capital financeiro no espaço agrário brasileiro: elementos para o debate dos conflitos hídricos no Mato Grosso, Brasil. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 26, p. 1-29 2024. Disponível em: <[Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais](https://www.scielo.br/j/reuer/v26n1/1-29)>. Acesso em: 17 mar. 2025.

JEZIORMY, Daniel Lemos; SOLANICH, Hingrid Tainá Costa. A América Latina no Antropoceno: continuidade ou ruptura? **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 4, p. 6533-6553, 2023. Disponível em: <[Revista de Gestão e Secretariado](https://www.scielo.br/j/rege/v14n4/6533-6553)>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

LÖWY, Michael. **Ecossocialismo**: La alternativa radical a la catástrofe ecológica capitalista. Buenos Aires: El Colectivo; Herramienta, 2011.

MARQUES, Luiz. **O decênio decisivo**: Propostas para uma política da sobrevivência. São Paulo: Elefante, 2023.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOORE, J. **Capitalism in The Web of Life**. New York: Verso, 2015.

O'CONNOR, J. Capitalism, nature, socialism: a theoretical introduction.

Capitalism Nature Socialism, Fall, p. 11-38 1988. Disponível em: <Capitalism Nature Socialism: Vol 1, No 1>. Acesso em: 17 mar. 2025.

OSÓRIO, Jaime. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. In: BORON, Atilio et al. **América Latina na encruzilhada**: lawfare, golpes e luta de classes. São Paulo: Autonomia literária, 2020.

OSÓRIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias. **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PARENTI, C. Criação de ambiente no Capitaloceno: a ecologia política do Estado. In: MOORE, J. (org.) **Antropoceno ou Capitaloceno**: natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

PETRAS, James. **Economía Política del Imperialismo Contemporáneo**. Madrid: Maia Ediciones, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e Abya Yala – tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 25-30, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16231>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

RECH, Lucas Trentin; JEZIORNY, Daniel Lemos. The State, Political Power, and the Financialization of Agrarian Space in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 51, n. 1, p. 270-291, jan. 2024. Issue 254. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X241253825>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ROBERTS, Michael. **'Two sessions' China**. Michael Roberts Blog, 8 mar. 2025. Disponível em: <<https://thenextrecession.wordpress.com/2025/03/08/two-sessions-china/>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SIPRIANO, Paulo Sérgio da Silva. **Internacionalização dos capitais chineses no século XXI**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen; LUDWIG, Cornelia. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, v. 2, n. 1, 2015, p. 81-98. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2053019614564785>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

SVAMPA, Maristela. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. **Global Resources Outlook 2024**: Bend the Trend – Pathways to a liveable planet as resource use spikes. Nairobi: International Resource Panel, 2024. Disponível em: <<https://www.unep.org/resources/Global-Resource-Outlook-2024>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WATER FOOTPRINT NETWORK. **Water Footprint Network**. [S. l.], [S.d.]. Disponível em: <<https://www.waterfootprint.org>>. Acesso em: 17 mar. 2025.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.